



## Comissão aprova nova auditoria do TCU em bancos de Rondônia

Uma nova auditoria do Tribunal de Contas da União sobre as operações do Banco do Estado de Rondônia (Beron) e da Rondônia Crédito Imobiliário foi aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos. O resultado subsidiará decisão do colegiado sobre a renegociação da dívida do estado com o governo federal. **Página 3**

Antonio do Vale (E), Mercadante, Leandro Giacomozzi, Inácio Adams e Marcelo Bemerguy

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XIII – Nº 2.653 – Brasília, quarta-feira, 22 de agosto de 2007

## CPI quebra sigilos de diretora da Anac

### PSDB e DEM consultam bancadas sobre obstrução

A bancada do Democratas condicionou ontem à noite o fim da obstrução em Plenário à apresentação de um cronograma para o processo contra o presidente do Senado, Renan Calheiros. O PSDB estava reunido para definir posição. **Página 5**

### Teclado em braile pode ser obrigatório em caixa eletrônico

Os bancos poderão ser obrigados a disponibilizar meios que viabilizem o acesso dos clientes com deficiência visual a todos os serviços oferecidos. Projeto de Alvaro Dias nesse sentido foi aprovado pela Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor. **Página 4**

A CPI do Apagão Aéreo aprovou a quebra de sigilos bancários, fiscais e telefônicos de supostos envolvidos em irregularidades, entre os quais Denise Abreu, diretora da Agência Nacional de Aviação Civil. O relator Demostenes Torres quer ouvir a juíza federal Cecília Marcondes, que acusou Denise de apresentar documentos com medidas falsas relativas a Congonhas. Tião Viana e Gaudenzi defenderam a entrada de capital privado nos aeroportos. **Página 3**



Em audiência pública na CPI do Apagão Aéreo, Demostenes Torres (E), Sérgio Gaudenzi, Tião Viana e Renato Casagrande

### Representação contra Gim Argello será arquivada

A Mesa decidiu que “fatos ocorridos antes da posse não são passíveis de investigação por quebra de decoro parlamentar”. **Página 2**

### STF inicia julgamento de 40 acusados no caso do mensalão

Supremo começa hoje a analisar a denúncia contra acusados de envolvimento em esquema de compra de apoio ao governo. **Página 5**

### Médicos formados em Cuba querem diplomas reconhecidos

A Comissão de Educação aprovou a celebração dos “120 Anos de Abolição Não-Conclusa”, e recebeu apelo de médicos e estudantes em Cuba. **Página 4**



Delegação de médicos e estudantes brasileiros de Medicina em Cuba pede apoio ao reconhecimento de diplomas



Segundo Alvaro Dias, prevaleceu a interpretação de que fatos ocorridos antes da posse não são passíveis de investigação por quebra de decoro parlamentar

## Mesa diretora decide arquivar representação contra Gim Argello

Os membros da Mesa diretora do Senado decidiram, em reunião na tarde de ontem, pelo arquivamento da representação do PSOL por suposta quebra de decoro parlamentar contra o senador Gim Argello (PTB-DF). De acordo com o senador Alvaro Dias (PSDB-PR), 2º vice-presidente da Mesa, três senadores votaram pelo arquivamento, dois pelo encaminhamento da representação ao Conselho de Ética e outros dois se abstiveram.

Segundo Alvaro, prevaleceu a interpretação de que fatos ocorridos antes da posse não são passíveis de investigação por quebra de decoro parlamentar, ainda que dois senadores, inclusive ele próprio, tenham alegado que haveria



Renan Calheiros preside reunião da Mesa diretora, composta por sete senadores

fatos posteriores à diplomação que deveriam ser apurados pelo Conselho de Ética.

A representação do PSOL solicitava que fosse apurada a suposta participação de Argello em fatos investigados pela Operação Aquarela, sobre desvio de recursos do Banco de Brasília.

O senador José Nery (PSOL-PA) informou que seu partido irá estudar a possibilidade de recorrer.

– Decoro e ética não têm prazo de validade. É lamentável que a Mesa caminhe em direção contrária ao que pede a sociedade brasileira, que é a apuração de todos os fatos – afirmou José Nery.

### Senado e IDP firmam protocolo de cooperação

O 1º secretário do Senado, Efraim Moraes, assinou ontem protocolo de cooperação entre o Senado – por meio do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis) e do Programa Interlegis – e o Instituto Brasileiro de Direito Público (IDP), visando à formação, ao aperfeiçoamento e à especialização de servidores federais.

### “Sempre confiei no bom senso e na justiça do Senado”, diz parlamentar

O senador Gim Argello emitiu no final da tarde de ontem, por meio de sua assessoria, uma declaração oficial a respeito do arquivamento da ação proposta pelo PSOL. “Sempre confiei no bom senso e na justiça do Senado”, afirmou o senador, cerca de uma hora depois de a Mesa decidir rejeitar o pedido de investigação.

Conforme a notas, Gim Argello disse ter sempre confiado em sua inocência e estar “agradecido” pela decisão da Mesa. “Agora, vamos trabalhar pelo Brasil e por Brasília”, frisou o parlamentar,

que tomou posse em 17 de julho, depois da renúncia de Joaquim Roriz (PMDB).

Durante a reunião da Mesa, o advogado de Gim Argello, ex-senador e ex-presidente do Supremo Tribunal Federal Maurício Corrêa, observou que uma ação contra seu cliente no Conselho de Ética feriria decisão da corte, uma vez que as acusações referiam-se a período anterior à posse.

– Mas antes de tudo é preciso deixar claro que não há nada contra o senador, a não ser citações em escutas telefônicas – afirmou.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Crédito para a agricultura tranca a pauta do Plenário

A sessão plenária de hoje, às 14h, tem a pauta travada por três projetos de conversão, provenientes de medidas provisórias. Entre os itens está o PLV 23/07, que dispõe sobre

o uso de recursos de exigibilidades bancárias para financiamentos destinados à liquidação de dívidas de produtores rurais com fornecedores de insumos.

### Instalação dos trabalhos da CPI das ONGs

A partir das 10h, a CPI das ONGs reúne-se para a instalação dos trabalhos, eleição do presidente e do vice-presidente do colegiado, e indicação do relator. A CPI foi

criada para apurar a liberação, pelo governo federal, de recursos públicos para ONGs e organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips), de 1999 a 2006.

### Fidelidade partidária em análise na CCJ

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) analisa pauta de dez itens, às 10h. Na agenda, proposta de emenda à Constituição que assegura aos par-

tidos a titularidade dos mandatos parlamentares. Também deverá ser discutido pelo colegiado projeto que altera o Código Brasileiro de Aeronáutica.

### Cardápios para a merenda escolar

Projeto que disciplina a comercialização de alimentos nas escolas de educação básica e a elaboração de cardápios para a merenda escolar deve ser votado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), às 11h. Também deverá ser analisada a criação da Frente Parlamentar pela Valorização do Trabalho.

### Estatuto do Produtor Rural em exame

Os senadores da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) realizam reunião hoje, às 11h, em que deverão analisar, entre outros itens, projeto que dispõe sobre o Estatuto do Produtor Rural. Às 14h30, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) examina projetos de lei e relatórios.

### Audiência sobre infra-estrutura dos aeroportos

A partir das 10h, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) realiza audiência pública para debater a infra-estrutura aeroportuária. Estão convidados o ministro da Defesa, Nelson Jobim;

o diretor-presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Milton Zuanazzi; e o presidente da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), Sérgio Gaudenzi.

### Venda da TVA para a Telefônica

A operação de venda da TVA para o grupo Telefônica será discutida pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), às 9h. Estão convidados para a reunião o presidente da Anatel, Ronaldo Sardenberg, e o conselheiro da instituição Plínio Aguiar Júnior.

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**1º Vice-Presidente:** Tião Viana

**2º Vice-Presidente:** Alvaro Dias

**1º Secretário:** Efraim Moraes

**2º Secretário:** Gerson Camata

**3º Secretário:** César Borges

**4º Secretário:** Magno Malta

**Suplentes de Secretário:** Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia

**Secretária-Geral da Mesa:** Claudia Lyra

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Weiller Diniz

**Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios

**Diretor do Jornal do Senado:** Eduardo Leão (61) 3311-3333

**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

**Diagramação:** Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

**Arte:** Cirilo Quartim e Leif Bessa

**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

### AGÊNCIA SENADO

**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

**Chefia de reportagem:** Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

**Edição:** Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

*Site:* [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - *E-mail:* [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Tião Viana, Alvaro Dias, Jonas Pinheiro, Mão Santa e Papaléo Paes

## Tribunal fará nova auditoria sobre o período de intervenção no Beron

Proposta para nova auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre as operações do Banco do Estado de Rondônia (Beron) e da Rondônia Crédito Imobiliário nos quatro anos de intervenção do Banco Central, iniciada em 1995, foi aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O trabalho vai subsidiar decisão do colegiado sobre a renegociação da dívida do estado com o governo federal, engrossada com débitos das duas instituições, em bases questionadas por senadores e dirigentes do estado.

O presidente da CAE, Aloizio Mercadante (PT-SP), disse ser necessário parecer atualizado, já que o anterior foi feito há mais de sete anos, enquanto permanecem versões contraditórias sobre a dívida dos bancos, dadas pelo BC, União e governo do estado. Na audiência que antecedeu a aprovação do requerimento, o representante da Secretaria do Tesouro Nacional, Leandro Giacomozzi, afirmou que a União subsidiou com R\$ 430 milhões o Beron, enquanto o estado informa que a gestão do BC elevou o rombo do banco em cerca de R\$ 350 milhões.

Em coro, os senadores do estado cobraram a revisão da dívida. Expedito Júnior (PR) chegou a classificar a gestão do BC de “criminosa”. Para Fátima Cleide (PT), pelos altos juros cobrados, a dívida já foi paga, mas não pelos governos do estado, e sim por seu povo. Valdir Raupp (PMDB) disse que sempre foi acusado por opositores no estado pela quebra do Beron, porque era governador no momento da intervenção.

### Renegociação

O TCU tem prazo de 90 dias para fazer nova auditoria sobre as operações do Beron e da Rondônia Crédito Imobiliário, durante a intervenção do BC, que teve o propósito de promover a liquidação das duas instituições.

O pleito pela renegociação é apoiado por todas as forças políticas de Rondônia, maciçamente representadas na audiência. Além dos três senadores, estiveram presentes 21 deputados das esferas estadual e federal.

Autor do requerimento para o debate, o senador Expedito Júnior defendia a suspensão do pagamento da dívida até a decisão final do colegiado sobre a renegociação.



Mercadante (C) anuncia reunião com o relator Suplicy para agilizar as negociações

## CAE busca acordo sobre projeto que amplia o uso do pregão eletrônico

A Comissão de Assuntos Econômicos adiou para a próxima semana a votação do projeto que amplia o uso do chamado pregão eletrônico nas compras do governo. O objetivo da proposta, que faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), é proporcionar maior transparência às licitações públicas, bem como evitar desvios e tornar mais econômica e ágil essa modalidade de concorrência.

O presidente da comissão, Aloizio Mercadante, comunicou que havia recebido sugestões de entidades que participaram de recente audiência pública do colegiado para discutir a matéria.

Para dar maior agilidade às negociações, Mercadante marcou para amanhã, às 11h, na sala da Liderança do Governo, reunião com o relator da matéria, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), juntamente com os demais membros da CAE, a fim de que se possa fechar um acordo que viabilize a votação da matéria pela comissão já na próxima terça-feira. O encontro, informou o presidente do colegiado, poderá contar com a presença do ministro do Planejamento, Paulo Bernardo.

Suplicy anunciou ontem, durante a reunião, que o seu relatório, de 35 páginas, já está disponibilizado na internet.

Presidente da Infraero diz que planilha utilizada pelo TCU para o exame de obras é inadequada para avaliar aeroportos, e informa que trabalha com o tribunal para elaborar um novo modelo

## Tião Viana e Gaudenzi defendem capital privado nos aeroportos

O presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, Tião Viana (PT-AC), defendeu mais uma vez a entrada de capital privado nos aeroportos brasileiros. O senador pediu uma posição do governo sobre o assunto “com rapidez, uma vez que o colapso é imediato”.

O novo presidente da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), Sérgio Gaudenzi, presente à reunião, concordou.

– Acho que a vinda da área privada é muito boa. É uma injeção nova. E as empresas aéreas teriam que trabalhar com mais agilidade, porque seriam mais exigidas.

Gaudenzi afirmou ainda que é preciso melhorar o atendimento prestado pela estatal aos passageiros. Segundo ele, muitas vezes o passageiro não se irrita apenas



Demostenes (E), Tião Viana, Casagrande e Gaudenzi na reunião da CPI do Apagão Aéreo

por causa dos atrasos e sim pela falta de informações.

O relator da CPI, Demostenes Torres (DEM-GO), apresentou a Gaudenzi várias questões sobre os mais de cem inquéritos sobre corrupção relacionados com a Infraero. O presidente da empresa destacou que está há apenas oito dias no cargo, afirmou que aguardará que os órgãos fiscalizadores – entre eles a CPI – façam suas

análises e garantiu que, se forem apontados culpados, tomará as providências necessárias.

Sérgio Gaudenzi disse ainda que pedirá que a Controladoria Geral da União acompanhe a sua gestão e informou que trabalha junto ao Tribunal de Contas da União a fim de que seja elaborada uma nova planilha destinada ao exame das obras em aeroportos.

## Especialista pede mudança na lei da aviação comercial

Durante a reunião de ontem da CPI do Apagão Aéreo, o presidente da Comissão de Direito Aeronáutico, Marco Fábio Morsello, pediu uma “reforma urgente e imediata do Código Brasileiro de Aeronáutica”.

Morsello apresentou sugestões de mudanças na legislação nacional sobre aviação comercial, como indenizações maiores para famílias de vítimas de acidentes. O especialista disse também que,

mesmo enquanto se está apurando as causas de um acidente, a responsabilidade direta é da companhia aérea, que deve indenizar os familiares das vítimas. Para Morsello, se houver culpa de outros envolvidos, como os responsáveis pela infra-estrutura, as companhias aéreas deveriam entrar na Justiça contra eles depois.

Na mesma reunião, o piloto e professor Joaquim Gonçalves de Farias Neto sugeriu uma reenge-

nharia de gestão da Infraero e da Anac, a criação de cursos universitários para controladores, a adoção do sistema de controle aéreo por satélite e o uso de parcerias público-privadas para garantir melhorias nos aeroportos.

Já Heráclito Fortes (DEM-PI) frisou que “não há como ter salários diferenciados para os sargentos controladores de vôo e os com outras funções”, o que complica a situação do caos aéreo.

## Comissão aprova quebra de sigilos da diretora da Anac

Foram aprovados na reunião de ontem da CPI do Apagão Aéreo dez requerimentos do relator do colegiado, senador Demostenes Torres, pedindo a quebra de sigilos bancário, fiscal e telefônico, a partir de 1º de janeiro de 2003, de envolvidos em irregularidades, entre eles a diretora da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Denise Abreu.

A comissão investiga a denúncia de que Denise Abreu tentou promover a transferência de cargas dos aeroportos de Guarulhos (São Paulo) e Viracopos (Campinas) para o de Ribeirão Preto para beneficiar um amigo que seria dono do terminal de cargas daquele aeroporto.

Foi pedida ainda a transferência de sigilo de Sandra Helena Carvalho – mulher do sócio da empresa Aeromídia, Carlos Alberto Carvalho – e de funcionários da Infraero.

## Demostenes: CPI poderá ouvir juíza sobre Congonhas

O relator da CPI do Apagão Aéreo, Demostenes Torres, disse, em entrevista à imprensa, que deverá apresentar requerimento convidando a juíza federal Cecília Marcondes para explicar sua sentença que liberou as operações no aeroporto de Congonhas para jatos comerciais de grande porte.

Em matéria de ontem do jornal *Folha de S. Paulo*, Cecília Marcondes acusou a diretora da Anac Denise Abreu, de ter apresentado documento com falsas medidas de segurança para pousos de aviões em pista molhada, o qual a induziu a proferir decisão errônea que permitiu o acidente com o vôo 3054 da TAM.

Em depoimento à CPI na semana passada, a diretora da Anac afirmou que a norma era apenas um estudo interno que foi publicado no *site* da agência por falha do setor de informática.





Cristovam Buarque (E) diz na CE que 2008 pode ser dedicado a ações de inclusão social

## Projeto institui Ano da Abolição Não-Conclusa

Projeto que determina a celebração, em 2008, do Ano Nacional dos 120 Anos de Abolição Não-Conclusa, de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), foi aprovado ontem, por unanimidade, pela Comissão de Educação (CE), em decisão terminativa.

Segundo o relator da matéria e presidente da comissão, senador Cristovam Buarque (PDT-DF), os poderes públicos poderão aproveitar o ano de 2008 para estimular as discussões sobre a inclusão social e “sensibilizar a sociedade para os males da discriminação”.

Dois outros projetos foram aprovados em decisão terminativa pela CE. O primeiro (PLS 177/06), do senador Flávio Arns (PT-PR), institui 9 de agosto como o Dia Nacional da Equoterapia. O outro (PLS 299/06), do senador Romeu Tuma (DEM-SP), institui o Dia da Guarda Municipal, em 10 de outubro.

## Viana apóia luta de médicos formados em escola cubana

O vice-presidente do Senado, Tião Viana (PT-AC), recebeu na manhã de ontem médicos brasileiros formados em Cuba, além de estudantes, empenhados em tornar válidos seus diplomas no Brasil. Os dois países negociam um acordo para validar os diplomas, mas os médicos alegam que os conselhos regionais de Medicina continuam opondo resistências a que se submetam à residência médica, ou seja, a especialização

exigida por lei.

Tião Viana se disse solidário com a causa, que considera justa, por entender que esses brasileiros formados em Cuba precisam ter sua profissão reconhecida no Brasil. Ele aconselhou os recém-formados a tentarem apressar a legalização de sua situação, sugerindo que, se em 90 dias não forem atendidos, façam uma peregrinação diária ao Ministério da Educação.



Tião Viana recebe delegação de médicos que querem regularizar situação no Brasil

## Alunos de Medicina em Cuba solicitam ajuda do Congresso

Uma delegação de estudantes brasileiros de Medicina em Cuba compareceu ontem à reunião da Comissão de Educação (CE), a convite do seu presidente, Cristovam Buarque (PDT-DF). Eles visitaram o Congresso para pedir apoio aos cerca de 800 brasileiros que estudam naquele país e temem o não-reconhecimento de seus diplomas quando regressarem ao Brasil.

Na reunião, Augusto Botelho (PT-RR) explicou que os diplomas cubanos são aceitos no Brasil, desde que os estudantes façam uma prova ao voltarem ao país. Cristovam sugeriu, então, que os estudantes brasileiros se submetam a esse exame.

Rosalba Ciarlini (DEM-RN) lembrou a “imensa carência” de médicos no país. Também trataram do assunto Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) e Paulo Paim (PT-RS).

Projeto aprovado pela Comissão de Meio Ambiente prevê a adoção pelos bancos de sistema que viabilize acesso dos clientes com deficiência visual a todos os serviços

# Teclado em braile nos caixas eletrônicos pode ser obrigatório

Os bancos poderão ser obrigados a disponibilizar, em suas agências e redes de auto-atendimento, o sistema braile de leitura nas teclas dos caixas eletrônicos ou outros meios eletrônicos que viabilizem o acesso dos clientes com deficiência visual a todos os serviços oferecidos. Projeto nesse sentido foi acolhido ontem pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). O texto segue para exame das comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Direitos Humanos e Participação Legislativa (CDH).

Pela proposta (PLS 129/07) do senador Alvaro Dias (PSDB-PR), a obrigatoriedade do oferecimento do sistema braile abrange, também, o fornecimento de extratos e comprovantes das transações efetuadas, assim como a correspondência dos bancos destinada a clientes com deficiência visual.



Em reunião presidida por Quintanilha (E), CMA também aprova debate sobre desertificação

O senador Flávio Arns (PT-PR), relator da matéria, ressaltou que o descumprimento de dispositivos previstos no projeto acarretará à instituição as sanções administrativas previstas no Código de Defesa do Consumidor.

A CMA aprovou ainda requerimento de seu presidente, Leomar Quintanilha (PMDB-TO), de

criação de uma comissão de três senadores para participar de mesa-redonda sobre desertificação, promovida pela Organização das Nações Unidas, a ser realizada em Madri, em outubro. Também foi acolhido requerimento de Inácio Arruda (PCdoB-CE) para realização de audiência sobre medidas de combate à desertificação.

## Subcomissão aprova audiência sobre gestão do lixo

A Subcomissão dos Resíduos Sólidos, ligada à Comissão de Meio Ambiente (CMA), aprovou requerimento de seu presidente, Cícero Lucena (PSDB-PB), para a realização de audiência pública sobre gerenciamento do lixo urbano, com a participação dos secretários de Meio Ambiente dos estados de Pernambuco, Rio Grande do Sul e São Paulo e do

Distrito Federal. Por sugestão de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), foi incluído o secretário de Meio Ambiente do Pará.

Lucena conclamou os integrantes da comissão a participarem do 24º Congresso de Engenharia Sanitária, a ser realizado de 4 a 6 de setembro, em Belo Horizonte.

O colegiado acolheu ainda proposta de Garibaldi Alves

(PMDB-RN) para que a subcomissão participe de audiência sobre resíduos sólidos promovida pela Subcomissão dos Marcos Regulatórios, ligada à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Garibaldi informou que o presidente daquela subcomissão, Delcídio Amaral (PT-MS), já havia concordado em transformar o debate num evento conjunto.

## Heráclito recebe visita de ministro colombiano

Como presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), o senador Heráclito Fortes (DEM-PI) recebeu na manhã de ontem Fernando Perdomo, ministro das Relações Exteriores da Colômbia. Perdomo foi nomeado pelo presidente Álvaro Uribe, em fevereiro deste ano, após ter sido mantido em cativeiro durante seis anos pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) – ele escapou em dezembro do ano passado.

De acordo com Heráclito, ficou acertada no encontro a ida de uma comissão de senadores brasileiros à Colômbia e a vinda de uma comissão de parlamen-



Perdomo (C) e Heráclito (D) acertam encontros de senadores do Brasil e da Colômbia

tares colombianos ao Brasil – visitas que devem ocorrer até o final do ano.

### Malásia

O senador também recebeu ontem visita do secretário parlamentar da chancelaria da Malásia, Alamad Cheek. Ele

veio ao Brasil para participar do Fórum de Cooperação América Latina-Ásia do Leste, que reúne representantes de 33 países.

– Ele demonstrou interesse na aproximação entre os países e falou muito de etanol e biocombustíveis – relatou Heráclito.



## Quintanilha diz que relatório do caso Renan deve ser lido até dia 31

O presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado, Leomar Quintanilha (PMDB-TO), anunciou às 22h40 de ontem que espera realizar até o dia 31 deste mês reunião para leitura do relatório sobre a representação movida pelo PSOL contra o presidente do Senado, Renan Calheiros. Ele falou à imprensa depois de endereçar a Renan e ao PSOL o parecer técnico da Polícia Federal acerca de documentos entregues pelo senador alagoano relativos a atividades agropecuárias e movimentação bancária.

De acordo com Quintanilha, Renan e o PSOL terão cinco dias

corridos para se manifestarem sobre a perícia realizada pela PF. Em seguida, os relatores deverão ouvir as partes.

– Se os relatores ouvirem apenas as partes, poderão em dois dias elaborar o relatório final para que o apresentemos ao conselho até o final da semana que vem – observou Quintanilha.

O senador disse não ter examinado a documentação encaminhada pela PF, num total de 50 páginas mais anexos. Achou melhor mandar copiar o relatório e despachá-los às partes, ao mesmo tempo em que convocou para a manhã de hoje reunião com os relatores.



Quintanilha, ao lado de Wellington Salgado, recebe perícia das mãos de Cláudia Lyra

## PSDB e DEM discutem suspensão provisória de obstrução na Casa

A bancada do Democratas decidiu na noite de ontem condicionar o fim da obstrução em Plenário à apresentação de um cronograma com datas sobre a votação do processo por quebra de decoro parlamentar contra o presidente do Senado, Renan Calheiros. No fechamento desta edição, a bancada do PSDB ainda estava reunida para deliberar sobre o mesmo assunto.

As reuniões foram convocadas pelos líderes dos dois partidos – José Agripino (DEM) e Arthur Virgílio (PSDB) – após pedido do presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Aloizio Mercadante (PT-SP), para que o Plenário delibere sobre a medida provisória que prevê a repactuação da dívida dos produtores rurais, que atualmente tranca a pauta em Plenário.

A ordem do dia está trancada por três medidas provisórias, que tratam, além da repactuação da dívida dos agricultores, de benefícios a pescadores de lagostas; da prorrogação do prazo para micro e pequenas empresas aderirem ao Supersimples; e da indenização a portadores de Hanseníase que foram segregados do convívio

social.

De acordo com a assessoria do Democratas, o partido pode votar matérias que julgue do interesse da nação desde que seja apresentado um cronograma com datas-limites sobre a votação do processo contra Renan no Conselho de Ética; a deliberação da Mesa diretora do Senado e da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) sobre o processo; e a votação em Plenário.

O DEM e o PSDB estão em obstrução porque o presidente do Senado não se afastou do cargo para responder às acusações contra ele no Conselho de Ética.

O líder Arthur Virgílio reiterou o apelo para que Renan Calheiros se afaste da Presidência da Casa enquanto não forem votados, em Plenário, os pareceres do Conselho de Ética sobre os processos aos quais responde no órgão. Virgílio pediu que essas decisões sejam céleres, com o que concordou Renan, recusando-se novamente, porém, a se afastar da Presidência do Senado.

– Não sei porque a mera saída significava compactuar com mentiras que disseram sobre mim – respondeu Renan Calheiros.

STF pode decidir ainda esta semana se os 40 envolvidos no pagamento de propina a parlamentares, em troca de apoio político ao governo federal, irão sofrer ação penal



Trabalho das comissões parlamentares de inquérito dos Correios (E) e do Mensalão foi a base para a denúncia do procurador-geral



## Supremo começa a julgar acusados no “esquema do mensalão”

O Supremo Tribunal Federal (STF) inicia hoje, às 10h, o julgamento da denúncia (INQ 2.245) oferecida pelo procurador-geral da República, Antonio Fernando Souza, contra 40 pessoas acusadas de envolvimento no pagamento de propina a parlamentares em troca de apoio político ao governo federal, conhecido como “esquema do mensalão”. Essa denúncia se baseou no trabalho realizado pelas comissões parlamentares mistas de inquérito (CPIs) dos Correios e do Mensalão, que funcionaram de meados de 2005 até o primeiro semestre de 2006.

Segundo informações do STF,

o inquérito foi agendado para o período de 22 a 24 de agosto e, caso o trabalho não seja encerrado nesses três dias, será retomado na próxima segunda-feira. Nessa fase do processo, os ministros do Supremo não irão decidir pela condenação ou absolvição de nenhum dos acusados, mas apenas se a denúncia do procurador-geral da República merece ser acolhida, o que a transformaria em ação penal e levaria os acusados a responder como réus.

Inicialmente, o relator do inquérito, ministro Joaquim Barbosa, fará a leitura do relatório, que tem cerca de 50 páginas e é um resumo

do processo. Em seguida, Antonio Fernando Souza apresentará os argumentos para convencer o STF a acolher a denúncia e a instaurar a ação penal contra os 40 acusados de participar do “esquema do mensalão”.

A etapa seguinte é a de defesa dos acusados pelos advogados, que poderão representar mais de um denunciado. Nas quarta e quinta fases do julgamento, Joaquim Barbosa irá expor aos demais ministros questões preliminares suscitadas pela defesa dos acusados e apresentará voto pelo acolhimento total ou parcial da denúncia ou por seu arquivamento.

## João Pedro contesta reportagem sobre o Incra



João Pedro

Denúncias veiculadas pelo programa *Fantástico*, da TV Globo, acusando o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) de criar assentamentos em Santarém (PA) para privilegiar o roubo de madeira das florestas da região foram rebatidas por João Pedro (PT-AM).

Lendo nota divulgada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o senador disse que as cenas usadas pelo *Fantástico* – e que seriam exemplo de derrubada ilegal de áreas florestais no assentamento Santa Clara –, na verdade mostram desmatamento promovido pelo grileiro José Donizete Pires de Oliveira. Ele afirmou que o Incra, em vez de estimular o desmatamento, o deteve, uma vez que a área foi retomada judicialmente do grileiro para somente depois ser destinada ao projeto de assentamento. Segundo João Pedro, o MDA vem retomando outras áreas griladas e assumindo a responsabilidade de incentivar a recuperação de grandes extensões de terra, com uma ocupação sustentavelmente planejada e socialmente justa.

– O trabalho do Incra em Santarém, em vez de merecer essa crítica, que nos causa indignação, merece na realidade o nosso respeito e o nosso reconhecimento – disse João Pedro.

## Malta apóia programa de segurança do Executivo



Magno Malta

Magno Malta (PR-ES) disse ver “com bons olhos” o programa de segurança pública lançado pelo presidente Lula esta semana e não aceita as primeiras críticas feitas à iniciativa.

– Vamos esperar para ver. Qualquer plano é melhor que nada. Será que tem gente

torcendo pelo quanto pior, melhor? – indagou.

De acordo com o senador, o problema da segurança no país é tão grave que não comporta críticas políticas ao programa. Para ele, só a união de todas as autoridades do país irá minimizar o tráfico de drogas e de armas.

– Bala perdida não é coisa nova no Brasil. Não adianta dizer que o problema é do governo passado, porque antes de Fernando Henrique Cardoso já existia tráfico pesado no país – observou.

Malta voltou a criticar as pessoas que concordaram em não criminalizar o usuário de drogas.

– Assaltos, estupros, assassinatos. Tudo isso ocorre porque tem gente que compra a droga do traficante. Se os consumidores fossem penalizados, deixariam de financiar o tráfico – opinou.

O senador mandou “um abraço” aos pastores Hernandez e Sônia Estevam, da Igreja Renascer, dizendo ser esta “uma hora para misericórdia”.





Expedito defende divisão da arrecadação prevista em proposta

## Expedito propõe que PEC de Flexa Ribeiro baseie acordo sobre CPMF

Uma proposta apresentada por Flexa Ribeiro (PSDB-PA) pode se transformar na base para um acordo entre governo e oposição a respeito da renovação da CPMF. A sugestão foi apresentada por Expedito Júnior (PR-RO).

A PEC 06/07, em tramitação na CCJ, objetiva prorro-

gar a CPMF e transformá-la, a partir de 2016, em permanente, mas com alíquota reduzida. Visa ainda estabelecer a partilha da arrecadação da contribuição entre União, estados e municípios. “Mas defendendo uma emenda para que a CPMF seja extinta em 2011”, esclareceu Expedito.



Na opinião de Papaléo, a carga tributária no país precisa diminuir

## Papaléo diz que votará contra a prorrogação de contribuição

A extinção da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) foi defendida por Papaléo Paes (PSDB-AP) como forma de diminuir a carga tributária.

O senador afirmou que “o governo não pode compensar sua incompetência em fiscalizar e cobrar os impostos de

quem sonega aumentando a carga de impostos no país”.

Papaléo afirmou que o PT – “que hoje luta com todas as forças pela prorrogação do imposto” – chegou a punir o deputado petista Eduardo Jorge por ter votado a favor da prorrogação no governo Fernando Henrique.

## César Borges cobra investimentos em segurança pública

De acordo com César Borges (DEM-BA), os recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública diminuiriam de R\$ 650 milhões em 2001 para R\$ 184 milhões em 2006. “O país todo vive uma situação de guerra urbana, com assaltos, seqüestros, assassinatos e balas perdidas”, apontou.

– Este governo pensa que sigla resolve problema de violência – afirmou, criticando o Programa Nacional de Segurança com Cidadania (Pronasci).

César Borges disse ainda que “a segurança está em processo de degradação contínua na Bahia”.

O discurso foi elogiado por Mário Couto (PSDB-PA), Mão Santa (PMDB-PI), Jayme Campos (DEM-MT), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) e Antonio Carlos Júnior (DEM-BA).



César Borges critica diminuição de recursos de fundo para segurança

# Marisa Serrano quer fortalecer a atuação das agências reguladoras

Na opinião da senadora, esses órgãos só apresentarão os resultados esperados quando seus diretores forem escolhidos pela competência, e não por indicação política

Não será com o enfraquecimento das agências reguladoras que o governo irá resolver os problemas de infra-estrutura do país, principalmente nos setores aéreo e rodoviário, opinou a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), em discurso no Plenário. Para ela, as agências só apresentarão um resultado que interessa ao país a partir da indicação de pessoas competentes para suas diretorias.

– É preocupante saber que só um dos diretores da



Marisa Serrano alerta para a situação precária das rodovias

Agência Nacional de Aviação Civil entende mesmo do setor, porque os outros

foram indicados politicamente pelo governo – observou a senadora.

Marisa declarou ter ficado “estarecida” ao ler que a juíza Cecília Marcondes, que havia interditado o aeroporto de Congonhas, afirmou que decidiu reabrirlo depois de receber documentos da diretora Denise Abreu, da Anac, “com falsas medidas” de segurança. Se isso não tivesse ocorrido, disse a senadora, as 199 mortes do acidente da TAM teriam sido evitadas.

## Arns ressalta trabalho de entidades não estatais

Flávio Arns (PT-PR) registrou a experiência vivida pela presidente da Associação Pestalozzi de Niterói, Lizair Guarino, na busca pelo fortalecimento dos projetos desenvolvidos pela instituição, que atende pessoas com deficiência no estado do Rio de Janeiro.

Segundo o senador, Lizair visitou centros de reabilitação na Europa e constatou o

apoio dado pelos governos a iniciativas da sociedade. Arns apontou como exemplo a Plataforma Europeia de Reabilitação – entidade sediada na Itália e que congrega instituições para pessoas com deficiência na União Europeia. Segundo o *Jornal da Pestalozzi*, 90% das atividades das instituições filiadas são subvencionadas pelo Estado.

– Eu diria que esse é o maior desafio do Brasil, hoje, em uma série de áreas: considerar o terceiro setor público, não estatal, dentro de regras bem objetivas de credibilidade.

O tema, disse Arns, adquire maior relevância nestes dias (21 a 28) em que se comemora a Semana Nacional da Pessoa com Deficiência, cujo tema é



Arns: valorização da sociedade organizada é desafio para o país

“Participação e autogestão: em busca da igualdade de oportunidades”.



Quintanilha lamenta falecimento de Wilson Pereira, presidente da FGF

## Quintanilha: pesar pela morte de dirigente esportivo

A morte do presidente da Federação Goiana de Futebol (FGF), Wilson da Silveira Pereira, aos 70 anos, ocorrida na segunda-feira, foi lamentada por Leomar Quintanilha (PMDB-TO).

– Wilson Pereira dedicou-se por inteiro ao futebol de Goiás. Era apaixonado pelo Vila Nova, time que lhe deu tantas alegrias e também tantas angústias, sofrimentos, frustrações e todos os outros sentimentos que uma grande paixão revela – afirmou.

Wilson Pereira comandava a federação há 16 anos. Em 1975 ele ocupou a vice-presidência da entidade. Também foi presidente do Vila Nova.

Em nome da Mesa, o senador Mão Santa (PMDB-PI) associou-se à manifestação de pesar.

## Mozarildo lê carta com obstáculos ao desenvolvimento de Roraima

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) leu em Plenário a Carta de Roraima, elaborada no 1º Encontro dos Legislativos Roraimenses, em que parlamentares e integrantes do Executivo local listam uma série de pontos a serem resolvidos para o desenvolvimento do estado.

Assinada pelos senadores Augusto Botelho (PT-RR) e Romero Jucá (PMDB-RR), por vereadores e deputados, pelo governador do estado, Ottomar Pinto, pela prefeita de Boa Vista, Teresa Jucá, e por prefeitos de 14 municípios do interior, a carta foi referendada por Mozarildo.



Mozarildo referenda documento assinado por lideranças do estado

## Cícero Lucena volta a criticar descaso com a saúde na Paraíba

“A medicina da Paraíba pede socorro”, disse ontem em Plenário o senador Cícero Lucena (PSDB-PB), quando voltou a lamentar a “morte anunciada” de uma paciente do Sistema Único de Saúde (SUS) que dependia de cirurgia cardíaca em hospital de João Pessoa.

– Médicos sentem-se impotentes e desestimulados para realizar cirurgias cardíacas. A remuneração do SUS é irrisória – observou, ao lembrar que foram criados impostos para financiar o setor, como a CPMF, e lamentar que os recursos sejam mal gerenciados.



Baixa remuneração desestimula os médicos, diz Cícero Lucena



## Ideli apresenta voto de repúdio por declarações de executivo contra o Piauí

Ideli Salvatti (PT-SC) anunciou ontem a apresentação de requerimento de voto de repúdio ao executivo Paulo Zottolo, presidente do movimento Cansei e da Philips do Brasil, por suas declarações “preconceituosas” contra o Brasil e o Piauí. Em entrevista ao jornal *Valor Econômico*, Zottolo justificou seu

apoio ao movimento dizendo que desejava remexer no “marasmo cívico” do Brasil, e afirmou: “Não se pode pensar que o país é um Piauí, no sentido de que tanto faz quanto tanto fez. Se o Piauí deixar de existir ninguém vai ficar chateado”.

– Foi uma declaração repleta, contaminada da visão elitista e

preconceituosa que se tem para com os pobres, negros, mulheres e estados que não se identificam com o movimento dos cansei da vida – declarou Ideli.

A senadora citou trechos de nota emitida em resposta a Zottolo pelo governador do estado, Wellington Dias, destacando que o Piauí, por dois anos, teve uma

escola avaliada como a melhor do país no Exame Nacional de Ensino Médio (Enem), além de ter a maior produtividade de soja, mel e algodão do Brasil. Ideli também elogiou o discurso do senador Mão Santa (PMDB-PI), que o chamou de “Zettolo”.

– Foi uma resposta digna de abuso e à afronta que fez ao país.



Fala de Zottolo foi contaminada por visão elitista e preconceituosa, reclama Ideli



Mão Santa faz dura crítica aos que "enganaram, mentiram e roubaram"

## Mão Santa quer campanha a favor do Piauí

Mão Santa (PMDB-PI) voltou a criticar as declarações ofensivas feitas pelo presidente da Philips do Brasil, Paulo Zottolo, em relação ao estado do Piauí. O senador leu trecho de artigo de Zózimo Tavares em que o jornalista condena a “tolice” dita por Zottolo e conclama os piauienses a lançarem uma campanha cívica em favor do desenvolvimento do estado.

– Esta nova campanha seria a favor do Piauí e contra os que atrasam o estado, hoje e no passado. Se prestarmos bem atenção, muitos deles bem mais nocivos do que o presidente da Philips. Este mexeu em nossa auto-estima; aqueles nos enganaram, mentiram, roubaram – assinalou.

O senador leu ainda trechos do artigo no qual Zózimo diz que os piauienses devem cobrar a conclusão de obras de infra-estrutura no Piauí, como o porto de Luís Correia, as eclusas da barragem de Boa Esperança, o pronto-socorro de Teresina, a Transnordestina e a revitalização da estrada de ferro Teresina-Luís Correia.



Fátima ressalta ações simultâneas nas regiões metropolitanas mais violentas

## Colombo diz que paralisação de médicos é grito de socorro

Senador chama atenção para defasagem da tabela do Sistema Único de Saúde, que foi corrigida em 37,3% desde o Plano Real, enquanto a energia elétrica teve reajuste de 595,53%

O senador Raimundo Colombo (DEM-SC) disse ontem que a paralisação dos médicos em vários estados é um “grito de socorro”, devido à falta de reajuste na tabela do Sistema Único de Saúde (SUS). Ele lembrou que o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, anunciou que a tabela do SUS será reajustada no próximo ano.

– Para se ter uma idéia da defasagem da tabela do SUS, um médico que atende um paciente pelo plano de saúde recebe em média R\$ 32; se o atendimento for particular, R\$ 150. Pelo SUS, o governo paga ao profissional



Raimundo Colombo lembra que reajuste está prometido para o próximo ano

apenas R\$ 7,55 em média – comparou Colombo, que foi apartado por seis senadores.

O representante catarinense

Fotos: Geraldo Magela

destacou que a dívida do governo com os hospitais particulares, responsáveis por 62% de todo o atendimento do SUS, já passa dos R\$ 20 bilhões. Ele afirmou que, desde o ano 2000, os hospitais privados vêm desativando leitos do SUS, deixando a população mais carente sem atendimento.

Raimundo Colombo ainda observou que a tabela do SUS teve correção de 37,3% desde o Plano Real. Enquanto isso e no mesmo período, ressaltou o senador, o Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) cresceu 418,10%, a gasolina subiu 528,61% e a energia elétrica aumentou 595,53%.

## Serys: Marcha das Margaridas tem mais de cem pedidos

Serys Slessarenko (PT-MT) cumprimentou ontem as cerca de 50 mil mulheres trabalhadoras rurais que estão em Brasília participando da Marcha das Margaridas 2007. As mulheres apresentaram uma pauta de reivindicações ao governo e ao Congresso com mais de cem itens, com o objetivo de melhorar suas condições de trabalho.

A senadora afirmou que as parlamentares se comprometeram a pressionar pela aprovação de vários projetos de interesse das trabalhadoras rurais, entre eles



Trabalhadoras querem melhorar suas condições de trabalho, destaca Serys

um conhecido como “Babaçu livre”, que dá às quebradeiras de coco acesso a todos os babaçuais do país. As trabalhadoras pedem

ainda que o Congresso ratifique a Convenção 184 da Organização Internacional do Trabalho, sobre saúde e segurança no trabalho.

Elas querem ainda, disse Serys, criar condições para a implementação da Lei Maria da Penha em municípios com menos de 50 mil habitantes. Essa lei criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. A Marcha das Margaridas é organizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e pela Central Única dos Trabalhadores (CUT).



Paulo Duque afirma que pedofilia é o pior entre os delitos no Código Penal

## Fátima Cleide comemora os R\$ 6,7 bilhões do programa de segurança pública

Fátima Cleide (PT-RO) saudou o lançamento do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), que tem previsão de investimento de R\$ 6,7 bilhões, até 2012, em ações de combate à violência no país.

Conforme a senadora, o programa foi concebido como um

pacto para a cidadania, com a realização simultânea de 94 ações nas 11 regiões metropolitanas com maiores índices de violência urbana: Belém, Belo Horizonte, Brasília, Curitiba, Maceió, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo e Vitória.

Fátima Cleide espera que a ca-

pital de seu estado, Porto Velho, seja incluída entre os programas que podem ser desenvolvidos localmente. Segundo ela, a cidade está entre as cinco que registram os maiores índices *per capita* de violência em dez tipos de crime.

**Pesar**

A parlamentar pediu ainda a

aprovação de voto de pesar pela morte da presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Acauã (PI), Maria dos Santos Rodrigues, em um acidente com um ônibus que levava 45 trabalhadoras rurais do Piauí a Brasília para participar da Marcha das Margaridas.





Antonio Carlos Júnior adverte que proposta traria prejuízos ao estado

## Antonio Carlos Júnior é contra divisão da Bahia

Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) criticou da tribuna projeto de decreto legislativo de autoria do deputado Gonzaga Patriota (PSB-PE) que convoca plebiscito sobre a criação do Estado do Rio São Francisco. A queixa baseia-se no fato de a proposta dividir territorialmente a Bahia, uma vez que o novo estado surgiria a partir do desmembramento da região do oeste do estado.

– Quem ama a Bahia é contra desfigurá-la. Nós sabemos avaliar os prejuízos que a medida traria – disse o senador, para quem não há chances de a iniciativa prosperar nem na Câmara dos Deputados nem no Senado.

## Flexa Ribeiro pede mudança em norma da pesca de lagosta

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) fez apelo à ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e ao presidente do Ibama, Bazileu Alvez Margarido Neto, para que revejam a instrução normativa editada em junho sobre a pesca da lagosta. Conforme o senador, a medida está inviabilizando a pesca artesanal e industrial no Pará.

O parlamentar defendeu ainda reivindicação do setor pesqueiro do seu estado no sentido de incluir representante no grupo de trabalho criado pelo Ibama para aprimorar os estudos e às ações visando ao monitoramento e à redução das capturas incidentais de espécies ameaçadas.



Medida do Ibama inviabiliza a pesca artesanal no Pará, alerta Flexa Ribeiro

Senador diz que é mais otimista que Roberto Pompeu de Toledo, mas lê texto em que o articulista da revista *Veja* afirma que “o Brasil já acabou”

# Jefferson: Brasil decente precisa gritar mais alto que o Brasil sujo

A morte de uma jovem de 28 anos, sem assistência médica, na Paraíba, foi classificada por Jefferson Péres (PDT-AM) como “um dos tristes retratos do Brasil”. O senador disse que, se de um lado estão os médicos em greve porque a tabela do SUS não é reajustada há dez anos, de outro está “a desumanidade de profissionais que não deixaram sequer um plantonista para atender à emergência”.

Jefferson ilustrou a situação com a leitura, da tribuna, de artigo de Roberto Pompeu de Toledo para a revista *Veja*, intitulado “O Brasil é isso mesmo que está aí”. Pompeu de Toledo afirma: “Os distraídos talvez ainda não tenham percebido, mas o Brasil acabou”, e enumera sinais como “a falência do Congresso e de outras instituições; a inoperância



Jefferson lê artigo segundo o qual o país é dominado por corporações, máfias e cartéis

do governo; a crise aérea; o geral desarranjo da infra-estrutura”. A esses fatores, cita o artigo, “soma-se outros, crônicos, como a escola que não ensina, os hospitais que não curam, a polícia que não polícia, a Justiça que não faz justiça, a violência, a corrupção,

Fotos: Gerardo Magela

a miséria, a desigualdade, os adolescentes a serviço do tráfico, os trabalhadores que gastam três horas para ir ao trabalho, os presos que comandam de suas celas o crime organizado, as ruas esburacadas”, e outros.

Diante disso, afirma o articulista, “procura-se o governo e... não há governo”. Em sua opinião, quem manda no país são as corporações, as máfias e os cartéis. Estes, frisa Pompeu de Toledo, unem-se, e “o interesse público, em tese corporificado pelos governos, não é forte bastante para dobrar os fragmentados interesses privados”.

Jefferson disse, no entanto, que não é tão pessimista quanto o articulista. “Acredito que, além deste Brasil sujo, escuro, ruim, há um Brasil limpo, claro, decente, mas que precisa gritar mais alto.”

## Paim destaca realização da Semana Nacional da Pessoa com Deficiência

Em discurso no Plenário, Paulo Paim (PT-RS) registrou o início, ontem, da Semana Nacional da Pessoa com Deficiência, que vai até 28 de agosto. Ele aproveitou para congratular os atletas brasileiros que participaram dos Jogos Parapan-Americanos de 2007, no Rio de Janeiro. O senador sugeriu a realização de uma sessão plenária em homenagem aos atletas que participaram do Parapan e dos Jogos Pan-Americanos.

– Nossos atletas tiveram uma desenvoltura brilhante, corajosa, foram valentes. Sabemos que tiveram pouca contribuição no aspecto financeiro e, assim mesmo, conquistaram 83 medalhas de

ouro, 68 medalhas de prata e 77 de bronze – disse sobre os atletas do Parapan.

Conforme Paim, a população não pode deixar de refletir sobre a realidade dos mais de 27 milhões de brasileiros que possuem algum tipo de deficiência. Ele comentou o Estatuto da Pessoa com Deficiência, de sua autoria, e elogiou o trabalho dos relatores da matéria na Câmara, Celso Ruscimanno (PP-SP), e no Senado, Flávio Arns (PT-PR).

Em apartes, Arns e Expedito Júnior (PP-RO) apoiaram o pronunciamento do colega.

Paim aproveitou para homenagear também a Marcha das



Paim também homenageia a Marcha das Margaridas, organizada pela Contag

Margaridas, organizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), que reúne mais de 50 mil mulheres trabalhadoras rurais em Brasília. O parlamentar saudou ainda a 2ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada na Câmara, de 17 a 20 de agosto.

## Lúcia Vânia anuncia projeto para mudar o Supersimples

Lúcia Vânia (PSDB-GO) anunciou ontem a elaboração, juntamente com os senadores Neuto de Conto (PMDB-SC) e Sérgio Zambiasi (PTB-RS), de projeto beneficiando setores não contemplados pelo PLC 43/07 – texto que modifica o Supersimples.

A senadora informou que, após diversas conversas com



Lúcia Vânia sugere melhorias na Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas

o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), constatou que a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas apresenta “vários

gargalos que merecem nossa atenção”.

– Precisamos manter a confiança nessa lei, que pode transformar a economia brasileira – frisou.

Lúcia Vânia citou como exemplo de aspectos a serem melhorados os diversos modelos de ICMS aplicados pelos estados, o que, “por si só, já implica burocracia e perda de competitividade”. Ela observou que alguns estados dependem fortemente da arrecadação desse tributo e apresentam resistência na redução de alíquotas.



Efraim Morais: “Cajazeiras é uma das principais referências da Paraíba”

## Efraim comemora 144 anos da cidade de Cajazeiras

Efraim Morais (DEM-PB) comemorou, em discurso, os 144 anos de emancipação política do município paraibano de Cajazeiras, que transcorrem amanhã.

– Cajazeiras é reconhecida pelos paraibanos como uma das principais referências do estado. A cidade expressa o que temos de melhor.

O senador lamentou ainda o falecimento do ex-deputado estadual paraibano Gervásio Bonnavides Mariz Maia, ocorrido no último sábado, devido a um infarto fulminante. Efraim apresentou requerimento de inserção em ata de voto de pesar e apresentação de condolências a família.

## José Maranhão homenageia ex-deputado

José Maranhão (PMDB-PB) lamentou a morte de Gervásio Maia, ex-secretário de Finanças do município de João Pessoa e ex-deputado estadual. Ele era filho de João Agripino, que governou seu estado, e pai do deputado estadual Gervásio Filho.

– Excelente economista e administrador, eticamente irrepreensível, Gervásio foi um aliado precioso dentro do PMDB. Perco não só um amigo de longa data, mas também um correligionário digno, honesto, confiável e seguro – afirmou José Maranhão, acrescentando que o ex-parlamentar “foi um exemplo ímpar de político”.



José Maranhão: político falecido era um homem eticamente correto